

Organizadores

Daniel de Resende Salgado

Ronaldo Pinheiro de Queiroz

A PROVA no enfrentamento à **MACROCRIMINALIDADE**

3ª edição

Revista, atualizada e ampliada

Prefácio:

Rodrigo Janot Monteiro de Barros

2019



Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3045.9051
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Caetê Coelho (caete1984@gmail.com)

Capa: Ana Caquetti

P969 A prova no enfrentamento à macrocriminalidade / organizadores, Daniel de Resende Salgado e Ronaldo Pinheiro de Queiroz. – 3. ed. – Salvador: Juspodivm, 2019.
800 p.

Vários autores.
ISBN 978-85-442-2742-8.

1. Direito processual penal. 2. Prova. 3. Macrocriminalidade. I. Salgado, Daniel de Resende. II. Queiroz, Ronaldo Pinheiro de. III. Título.

CDD 341.434

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

PARTE I

A VERDADE, OS APLICADORES DO DIREITO E A PROVA

CAPÍTULO 1

REFUTANDO A INDIFERENÇA DO CETICISMO: A ESTRUTURA NARRATIVA DOS CASOS PENAIIS E A FUNÇÃO DO JUIZ NA PRODUÇÃO DA PROVA.....	29
---	-----------

Orlando Faccini Neto e Maurício Ramires

1. Introdução. Ou: uma crise de identidade no seio de uma crise de paradigmas de pensamento.....	29
2. Encontrando um lugar para o juiz no processo: os diferentes sentidos do sistema acusatório.....	32
3. O relativismo e a pretensão de verdade no processo penal.....	38
4. O contexto narrativo da atividade probatória e a contribuição do juiz na construção da melhor resposta	46

CAPÍTULO 2

APONTAMENTOS SOBRE A PROVA PRODUZIDA OU COLHIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO EM PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS CRIMINAIS E NO CURSO DO PROCESSO PENAL.....	57
---	-----------

Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

1. Introdução.....	57
2. Notas sobre sistema acusatório adversarial e produção de prova	58
3. O controle externo da atividade policial pelo ministério público e a prova colhida pela autoridade policial	64
4. Procedimento investigatório criminal do ministério público, representação para fins penais de órgãos de controle e fiscalização e produção da prova.....	65
5. Prova analisada por órgãos técnicos do ministério público	72
6. Ministério público e acompanhamento de provas que necessitam de autorização judicial na fase investigatória ou produzidas no curso da ação penal, inclusive, para uso em outra ação ou procedimento administrativo disciplinar...	73
7. Prova decorrente de acordo de colaboração e compartilhamento.....	76
8. Conclusão.....	80

CAPÍTULO 3

OS MESTRES DA VERDADE.....	81
<i>Marco Aurélio Dutra Aydos</i>	
1. Introdução.....	81
2. O poeta, o adivinho e o rei-justiceiro como mestres da verdade.....	82
3. O sofista e o filósofo como mestres da verdade.....	86
4. O juiz e o historiador como mestres da verdade.....	90
5. O júri dos meus pares como mestre da verdade.....	94
6. O epistemólogo e o sedutor como mestres da verdade.....	100
7. Inventário da tradição.....	107

PARTE II**PRODUÇÃO, ANÁLISE E VALORAÇÃO
DA PROVA NO PROCESSO PENAL****CAPÍTULO 4**

A VISÃO MODERNA DA PROVA INDÍCIO.....	117
<i>Deltan Martinazzo Dallagnol</i>	
1. Do caso do gato travesso à importância crescente da prova indireta em crimes de difícil prova.....	117
2. Questões básicas sobre prova.....	121
2.1. Elemento de prova e objeto da prova.....	121
2.2. Elemento e objeto de prova são tratados como fatos.....	121
2.3. Visão moderna.....	122
2.4. Provar é argumentar.....	122
3. Prova direta e indireta por indício.....	126
3.1. Classificação das provas: origem da “prova indireta”.....	126
3.2. Prova indireta: encadeamento de relações probatórias.....	127
3.3. Prova por indício, indícios de prova e prova indiciária.....	128
4. Ausência de distinção ontológica entre prova direta e indireta.....	129
4.1. Em ambos os casos, há inferências racionais.....	129
4.2. Em ambos os casos, há incontáveis passos inferenciais.....	131
4.3. Há alguma outra distinção?.....	133
5. A prova indireta não tem valor inferior ao da prova direta.....	134
5.1. Valoramos hipóteses, não provas.....	134
5.2. O valor da prova só pode ser determinado em concreto.....	136
5.3. Uma vantagem da prova indireta: a motivação.....	139
6. Conclusão.....	139

Sumário

CAPÍTULO 5**UMA VISÃO CONTEMPORÂNEA ACERCA DA VALORAÇÃO DA PROVA INDICIÁRIA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO: PARÂMETROS DE ACEITAÇÃO E CONTROLE 141***Luís Felipe Schneider Kircher*

1. Introdução e delimitação do tema.....	141
2. Pressupostos de compreensão da valoração e decisão acerca da prova indiciária.....	144
2.1. O modelo probatório subjetivo – a crença do juiz como o cerne da prova	145
2.2. O modelo probatório objetivo – o convencimento do juiz retirado do cerne da prova	146
2.3. O perfil conceitual dos indícios – indício como prova de menor valor persuasivo (“indício de prova”) x indício como prova indireta (“prova por indício”)	148
2.4. Os indícios e a prova no combate à macrocriminalidade – a relevância da prova indiciária no contexto dos crimes complexos.....	151
3. A valoração da prova indiciária: jurisprudência, teoria, direito comparado e projeto de CPP (PL 8.045/10).....	154
3.1. A valoração da prova indiciária na perspectiva das cortes de vértice no Brasil – AP 470, STF; HC 130.118, STF; HC 15.736, STJ	154
3.2. As teorias de apreciação da prova indiciária e os parâmetros de controle – teoria tradicional, teoria eclética e teoria da múltipla conformidade....	156
3.3. O raciocínio probatório e a prova indiciária – breves menções ao raciocínio indutivo e a sua justificação.....	158
3.4. A disciplina da valoração dos indícios no PL 8.045/10 e a sua comparação com o atual CPP – artigo 165, § 1º, do Projeto de Código.....	160
4. Conclusão.....	163

CAPÍTULO 6**A PROVA DIABÓLICA NO PROCESSO PENAL..... 167***Paulo Augusto Moreira Lima*

1. Introdução.....	167
2. Prova diabólica no processo penal.....	169
3. Prova diabólica em espécie.....	174
3.1. Crimes societários – individualização das condutas e ônus da prova.....	175
3.2. Lavagem de dinheiro – conhecimento da origem ilícita dos bens	177
3.3. Início da investigação por interceptação telefônica.....	179
3.4. Quebra de sigilo bancário e fiscal – início da investigação e demonstração da inexistência de medidas menos invasivas.....	183
4. Conclusão.....	186

CAPÍTULO 7**AS PROVAS DIGITAIS NOS DELITOS****DE PORNOGRAFIA INFANTIL NA INTERNET 189***Fernanda Teixeira Souza Domingos*

1. Introdução.....	189
2. Os crimes cibernéticos.....	190
3. Da importância da prova pericial nos delitos cibernéticos.....	191
4. Características das provas digitais.....	194
5. Dos requisitos de validade das provas digitais.....	194
6. Da importância da prova pericial nos delitos envolvendo pornografia infantil no meio virtual.....	199
7. Da busca e apreensão nos delitos de pornografia infantil.....	203
8. Da legislação brasileira aplicável.....	205
9. Da legislação estrangeira.....	207
10. Conclusão.....	208

CAPÍTULO 8**NEMO TENETUR SE DETEGERE E****DADOS CRIPTOGRAFADOS:****RESTABELECENDO O EQUILÍBRIO 209***Diogo Erthal Alves da Costa*

Introdução.....	209
1. Evidências digitais.....	210
1.1. Características e relevância de dados em formato digital.....	210
1.2. Medidas antiforenses.....	211
1.3. Criptografia.....	212
2. <i>Nemo tenetur se detegere</i> no ordenamento jurídico brasileiro.....	214
3. A busca do equilíbrio.....	217
3.1. Restringibilidade do <i>nemo tenetur se detegere</i>	219
3.2. Dever de se sujeitar à ordem de busca e apreensão.....	222
3.3. Justificativa para não fornecer a senha.....	225
3.4. Criptografia e biometria.....	227
3.5. Criptografia e senha.....	236
3.5.1. Acesso excepcional aos dados franqueado ao Estado.....	237
3.5.2. Tipificação penal da desobediência à ordem para desobstruir o acesso aos dados apreendidos.....	239
3.5.3. Prisão cautelar do investigado como forma de coerção para fornecer a senha.....	240
3.5.4. Possibilidade de valoração da negativa do investigado em fornecer a senha.....	246
4. Conclusão.....	251

CAPÍTULO 9**SILÊNCIO E MENTIRA COMO PROVA E A COLABORAÇÃO PREMIADA..... 253***Pedro Jorge do Nascimento Costa*

1. Silêncio e mentira no depoimento do agente como meios de prova contra si mesmo e as organizações criminosas	253
2. Silêncio como meio de prova	255
2.1. Direito ao silêncio	256
2.2. Silêncio parcial	257
3. Mentira como meio de prova	262
3.1. Direito à mentira?	263
3.2. Mentira como prova da personalidade.....	266
4. Silêncio, mentira e colaboração premiada.....	271
5. Conclusão: o microsistema de estímulo à verdade processual	278

CAPÍTULO 10**TESTEMUNHAS SEM ROSTO:****ANOTAÇÕES AO REGIME ESTABELECIDO NA LEI 9.807/99..... 279***José Raimundo Leite Filho*

1. Introdução.....	279
2. O regime jurídico da testemunha sem rosto.....	282
2.1. Definição e implicações	282
2.2. Pressupostos materiais.....	284
2.3. Âmbito subjetivo.....	288
2.4. Competência	289
2.5. Procedimento.....	291
2.6. A decisão	293
2.7. Valor probatório	294
3. O caso do STF.....	295

CAPÍTULO 11**O RÉU COLABORADOR COMO TESTEMUNHA..... 297***Vladimir Aras*

1. Introdução.....	297
2. Prova oral no processo penal.....	297
3. O colaborador pode ser testemunha?.....	300
4. O colaborador e o compromisso de dizer a verdade.....	301
5. A posição do colaborador no processo segundo os tribunais.....	303
6. Principais semelhanças e diferenças entre colaboradores e testemunhas	310
7. Consequências da mentira do réu colaborador.....	312
8. Procedimento para a inquirição de colaboradores em juízo.....	313
9. Conclusão.....	316

CAPÍTULO 12**A COLABORAÇÃO PREMIADA E A CRIMINALIDADE ORGANIZADA:
A CONFIABILIDADE DAS DECLARAÇÕES****DO COLABORADOR E SEU VALOR PROBATÓRIO 317***Andrey Borges de Mendonça*

1. Introdução.....	317
2. Da importância da colaboração premiada como eficiente instrumento no enfrentamento do crime organizado.....	318
3. Especificidades em relação ao depoimento do colaborador	321
4. Dever de dizer a verdade.....	322
5. Contraditório e direito ao confronto	324
6. Oitiva do colaborador em juízo. Testemunha ou informante? Momento.....	329
7. Valoração das palavras do colaborador	340
8. Aspecto intrínseco da colaboração	341
9. Aspecto extrínseco. Regra de corroboração.....	346
9.1. Alguns parâmetros para a regra da corroboração.....	350
9.2. Corroboração cruzada.....	363
9.3. Corroboração no caso de oitiva do colaborador como testemunha?.....	369
9.4. Instauração de inquérito, decretação de medidas cautelares e recebimento de denúncia com base nas palavras do colaborador.....	370
9.5. Colaboração e revisão criminal.....	380
10. Conclusões	381

CAPÍTULO 13**OBTENÇÃO DE PROVA DECORRENTE DE AGENTE INFILTRADO..... 385***Wellington Cabral Saraiva*

1. Introdução.....	385
2. Formas	388
3. Regime Legal.....	388
4. Aplicabilidade no Brasil.....	390
5. Controle do Agente Infiltrado.....	392
6. Limites	398
7. Validade da Prova.....	401

CAPÍTULO 14**O LIXO COMO FONTE DE PROVA NO PROCESSO PENAL 409***Marcio Schusterschitz da Silva Araújo*

Sumário

1. Introdução.....	409
2. A prova encontrada no lixo.....	410
3. Considerações finais.....	419

CAPÍTULO 15**DIREITO PROBATÓRIO E COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL 423***Vladimir Aras*

1. Introdução.....	423
2. Instrumentos da cooperação penal internacional.....	425
2.1. Cooperação internacional para comunicação de atos processuais.....	425
2.2. Medidas de cooperação internacional que recaem sobre pessoas.....	426
2.2.1. Extradicação.....	427
2.2.2. Mandados regionais de captura e entrega.....	430
2.2.3. Transferência temporária de pessoas.....	431
2.2.4. Transferência de condenados.....	432
2.2.5. Transferência da execução penal ou homologação de sentenças estrangeiras.....	434
2.3. Medidas de cooperação internacional para obtenção de provas.....	437
2.3.1. Cartas rogatórias e auxílio direto: semelhanças e diferenças.....	440
2.3.2. Cooperação internacional por meio de cartas rogatórias.....	441
2.3.3. Cooperação internacional sob a forma de auxílio direto.....	443
2.3.4. Obtenção de provas mediante videoconferência internacional.....	446
2.3.5. Técnicas especiais de investigação na cooperação penal internacional.....	449
2.3.6. Instrumentos normativos internacionais em matéria probatória.....	451
2.4. Medidas de cooperação internacional para rastreamento, bloqueio, confisco e repatriação de ativos.....	453
2.4.1. Rastreamento de ativos no exterior.....	454
2.4.2. Bloqueio cautelar de ativos no exterior.....	455
2.4.3. Repatriação de ativos.....	457
2.4.4. Partilha internacional de ativos.....	459
2.5. Outras medidas de cooperação penal internacional.....	459
2.5.1. Informação espontânea.....	459
2.5.2. Cooperação internacional por meio de forças-tarefas.....	460
2.5.3. Cooperação policial transfronteiriça.....	461
2.5.4. Cooperação jurídica direta transfronteiriça.....	463
2.5.5. Transferência de procedimentos criminais.....	465
3. Conclusão.....	469

CAPÍTULO 16**CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS CONHECIMENTOS AO ACASO A PARTIR DAS INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS E O FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO NO STF – ANÁLISE DA DOGMÁTICA E DOS PRECEDENTES DA SUPREMA CORTE 471***Daniel de Resende Salgado*

1. Introdução.....	471
2. A dogmática dos conhecimentos fortuitos e dos conhecimentos de investigação.....	472
3. A valoração dos conhecimentos obtidos ao acaso.....	475
4. Do momento para remessa dos conhecimentos fortuitos à autoridade competente	487
5. Dos conhecimentos fortuitos em relação a agentes com prerrogativa de foro no Supremo Tribunal Federal	488
6. As descobertas casuais segundo os precedentes do Supremo Tribunal Federal	492
7. Um breve esboço conclusivo	503

CAPÍTULO 17**CRÍTICAS A ALGUNS ENTENDIMENTOS DOCTRINÁRIOS E JURISPRUDENCIAIS NA DECLARAÇÃO DAS NULIDADES EM RAZÃO DE SUPOSTAS PROVAS ILÍCITAS NO PROCESSO PENAL 505***Douglas Fischer*

1. Introdução.....	505
2. Ilicitude da prova. Conceitos gerais. Direito ao devido processo legal e não utilização de provas ilícitas	506
3. A prova ilícita em favor da defesa.....	507
4. A descoberta inevitável e o encontro fortuito.....	509
5. As provas condicionadas à reserva de jurisdição	509
5.1. As interceptações telefônicas e de dados	510
5.2. Os sigilos bancário e fiscal	511
5.3. A intimidade e a inviolabilidade da “casa”	513
6. A necessidade de reavaliação da teoria das nulidades sem atingir direitos fundamentais	516
7. A necessidade de declaração judicial da ilicitude da prova e da extensão da contaminação	517
8. Alguns casos paradigmáticos a demonstrar os equívocos na declaração das nulidades com graves consequências, especialmente a impunidade	518
8.1. A inviolabilidade do domicílio e a fiscalização tributária	518
8.2. A prova ilícita como decorrência de atos de investigação realizados pelo ministério público.....	519
8.3. A ausência de ilicitude no processo diante da falta de transcrição integral das interceptações telefônicas.....	523
8.4. A impossibilidade de medidas cautelares para investigação de crimes tributários antes de esgotada a esfera administrativa	525
9. Considerações finais.....	527

CAPÍTULO 18**A CADEIA DE CUSTÓDIA DA PROVA 529***Deltan Martinazzo Dallagnol e Juliana de Azevedo Santa Rosa Câmara*

1. Introdução: prova, cadeia de custódia da prova e prova da cadeia de custódia da prova.....	529
2. Contextualizando a prova da cadeia de custódia da prova: autenticação, relevância, admissibilidade, júri e <i>standard</i>	532
3. A prova da cadeia de custódia é um método de autenticação de provas fungíveis, quanto à identidade e conservação.....	535
4. A relativização da necessidade da prova da cadeia de custódia	539
4.1. Relativização pelo Princípio da Boa-Fé ou Presunção Relativa de Regularidade da Prova	540
4.2. Relativização Decorrente do Fato de que a Prova da Cadeia de Custódia Não Afasta a Hipótese de Falsidade	544
4.3. Relativização Decorrente do Problema do Regresso Infinito Derivado da Necessidade Rígida de Prova da Cadeia de Custódia	545
5. O ônus probatório em matéria de cadeia de custódia.....	546
6. Alguns precedentes: U.S. V. Johnson, u.S. V. Tatum, U.S. V. Skelley e Melendez-diaz v. Massachusetts	549
7. Ausência de prova de cadeia de custódia é questão de peso e não de validade da prova.....	552
8. HC 160.662/Rj, julgado pelo STJ, e U.S. V. Dawson	554
9. Cadeia de custódia na cooperação jurídica internacional.....	560
10. Considerações finais	564

CAPÍTULO 19**O CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO NA COLETA POLICIAL DE ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO 567***Roberto Antonio Dassié Diana*

1. Brevíssimas noções gerais sobre o controle externo da atividade policial pelo ministério público e conceito da atividade policial de coleta de elementos	567
2. Fundamentos específicos da sujeição à fiscalização ministerial das atividades de coletas de elementos pela polícia.....	569
3. Propósitos gerais e específicos do controle externo da atividade policial de coleta de elementos	570
4. Formas da atividade policial de coleta de elementos	571
5. Coleta ostensiva de elementos realizada pela polícia.....	572
6. Coleta não ostensiva e não autossuficiente de elementos pela polícia.....	576
7. Coleta não ostensiva e autossuficiente de elementos pela polícia.....	578
8. Conclusão – desafios: da teoria à prática ou da efetivação de accountability da atividade policial e de seu controle externo ministerial	581

PARTE III
PRODUÇÃO, ANÁLISE E VALORAÇÃO
DA PROVA NA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO 20

A EFICÁCIA PROBATÓRIA DO INQUÉRITO CIVIL
NO PROCESSO JUDICIAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO..... 587

Ronaldo Pinheiro de Queiroz

1. Desafios da eficácia probatória do inquérito civil no combate à corrupção	587
2. Noções gerais sobre o inquérito civil	589
3. Natureza jurídica.....	590
4. Inquisitividade	592
5. Força probante	596
5.1. Controvérsia	596
5.2. Natureza jurídica dos elementos de convicção.....	597
5.3. Valor probatório do inquérito civil.....	601
6. Conclusão.....	608

CAPÍTULO 21

A COLABORAÇÃO PREMIADA NA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA:
POSSIBILIDADE E REPERCUSSÃO PROBATÓRIA..... 611

Nicolao Dino

1. Introdução.....	611
2. A colaboração premiada	612
3. Crítica à colaboração premiada	614
4. Algumas diretivas internacionais	618
5. A colaboração premiada na legislação brasileira.....	618
5.1. Acordo de leniência: aspectos gerais.....	619
6. A improbidade administrativa	620
6.1. Contornos da moralidade administrativa.....	620
6.2. Proibidade administrativa. Improbidade administrativa	623
6.3. A improbidade como cláusula aberta.....	624
7. Improbidade administrativa à luz da lei 8.429/92.....	625
8. Improbidade administrativa e mecanismos de apuração.....	627
8.1. A promoção de responsabilidade por improbidade administrativa com base em prova emprestada.....	628
9. O microsistema anticorrupção e o caráter transversal dos instrumentos negociais.....	629
9.1. A transação como canal de resposta estatal no campo da improbidade administrativa.....	632
10. Conclusão.....	636

CAPÍTULO 22**MÁXIMAS DE EXPERIÊNCIA E IDENTIFICAÇÃO DO ELEMENTO SUBJETIVO DO AGENTE****639***Fernando Rocha de Andrade*

1. Introdução.....	639
2. A atual dimensão do acusado na relação jurídica processual.....	643
3. Necessidade do devido processo legal e limitação estatal do poder de punir	646
4. Evolução doutrinária dos elementos subjetivos do tipo. O princípio da culpabilidade e a importância do elemento subjetivo no Direito.....	647
5. Necessidade do devido processo legal e limitação estatal do poder de punir	652
6. Cláusula constitucional da situação de não culpabilidade e ônus probatório do órgão acusador.....	653
7. Provas indiciárias e a sua importância na identificação dos elementos subjetivos. Características dos indícios.....	656
8. Legitimação legal das máximas de experiência. Conceituação e características.....	661
9. O Novo Código de Processo Civil e a ênfase da exigência de decisão fundamentada. Máximas de experiência como método essencial para analisar a presença do dolo	666
10. Conclusão.....	668

CAPÍTULO 23**IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E A PROVA EMPRESTADA DE OUTRAS ESFERAS DE RESPONSABILIDADE****673***Helio Telho Corrêa Filho*

1. Introdução.....	673
2. Prova inquisitorial emprestada e contraditório.....	674
3. Carga probatória da prova emprestada	677
4. O empréstimo da prova testemunhal, documental, pericial, da inspeção judicial e da confissão	679
5. O empréstimo da prova decorrente de interceptação telefônica	681
6. O empréstimo da prova obtida em decorrência de colaboração premiada e de acordo de leniência.....	685
7. Conclusões	688

CAPÍTULO 24**DEPOIMENTO PESSOAL NO ÂMBITO DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: COMPATIBILIDADE ENTRE A BUSCA DA VERDADE E O DIREITO DE NÃO PRODUZIR PROVA CONTRA SI****691***Rodrigo Telles de Souza*

1. Introdução.....	691
2. O regime jurídico do depoimento pessoal em ações de improbidade administrativa.....	693
3. O valor probatório do depoimento pessoal em ações de improbidade administrativa...	695
4. A obrigatoriedade ou não do depoimento pessoal em ações de improbidade administrativa.....	700
5. Conclusão.....	704

CAPÍTULO 25**QUESTÕES JURÍDICAS SOBRE A PROVA DE FATO OMISSIVO NA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA..... 705***Antonio Morimoto Júnior*

1. Introdução.....	705
2. Ônus da prova e presunções: aspectos gerais.....	706
2.1. Ônus da prova: acepções e finalidades.....	706
2.2. Ônus da prova (ônus de demonstrar), ônus de provar (ônus de subministrar provas).....	710
2.3. Natureza dos fatos a provar.....	711
2.4. Presunções legais, presunções judiciais, máximas de experiência e ônus da prova.....	712
3. Improbidade por omissão: estrutura, ônus da prova e presunção de inocência.....	715
3.1. Estrutura e ônus da prova.....	715
3.2. Presunção de inocência e improbidade administrativa.....	716
4. Improbidade por omissão: exculpantes legítimas, ônus da prova, ônus de provar, ônus de alegar.....	720
5. Presunção do elemento subjetivo na improbidade por omissão.....	720
5.1. Presunção do elemento subjetivo apto à caracterização da improbidade a partir da inexecução de ato imposto por lei.....	721
5.2. Configuração do elemento subjetivo decorrente da reiteração da omissão.....	723
5.3. Presumir o elemento subjetivo não seria muito radical?.....	727

CAPÍTULO 26**A FORMAÇÃO DA PROVA PARA AS CAUTELARES PATRIMONIAIS E DE AFASTAMENTO DE AGENTE PÚBLICO NA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA..... 729***Beatriz Lopes de Oliveira*

1. Introdução.....	729
2. Indisponibilidade de bens.....	731
3. Sequestro de bens.....	738
4. Afastamento cautelar do agente público.....	743
5. Conclusões.....	749

CAPÍTULO 27**PROVAS E PRESUNÇÕES SOBRE A EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DESPROPORCIONAL COMO ATO ÍMPROBO DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO..... 751***Jorge Munhós*

1. INTRODUÇÃO.....	751
2. O vício de origem brasileiro: do enriquecimento ilícito ao ilícito de adquirir bens desproporcionais à evolução patrimonial ou aos rendimentos.....	752
3. O enriquecimento ilícito no contexto do combate internacional à corrupção.....	757

Sumário

4. Mecanismos de combate ao enriquecimento ilícito no atual regime jurídico brasileiro: o controle preventivo e repressivo da evolução patrimonial desproporcional.....	764
5. A evolução patrimonial desproporcional como ato de improbidade: uma proposta de interpretação conforme à constituição e aberta ao cosmopolitismo.	771
5.1. Elementos essenciais da evolução patrimonial desproporcional como ato de improbidade.....	773
5.1.1. Sujeito ativo do ato.....	773
5.1.2. Elemento temporal: o período de referência.....	774
5.1.3. O incremento patrimonial significativo.....	776
5.1.4. Elemento subjetivo: o dolo.....	784
5.1.5. A ausência de justificação.....	785
5.2. Dinâmica probatória do processo judicial	788
6. Conclusões	795